



Ofício nº. 95/2023-GP

Maceió, 21 de agosto de 2023.

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Estadual **MARCELO VICTOR CORREIA DOS SANTOS**  
Presidente da Assembleia Legislativa Estadual  
Maceió/AL

Assunto: **Projeto de Lei – Procuradoria Jurídica.**

*Senhor Presidente,*

1. Cumprimentando-o, tenho a satisfação de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação e deliberação dos ilustres Pares dessa Casa de Tavares Bastos, o Projeto de Lei em anexo, que “*Dispõe sobre a regulamentação das atividades da Procuradoria Jurídica do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas*”.

2. Por oportuno, acompanha a presente proposta legislativa a respectiva justificativa / exposição de motivos.

3. Atenciosamente,

Assinado de  
forma digital por  
FERNANDO  
RIBEIRO  
TOLEDO:1647892  
4491  
478924491  
Dados: 2023.08.25  
09:09:45 -03'00'

Conselheiro **FERNANDO RIBEIRO TOLEDO**  
Presidente

//fuch.

**PROJETO DE LEI Nº       /2023**

DISPÕE                SOBRE                A  
REGULAMENTAÇÃO                DAS  
ATIVIDADES DA PROCURADORIA  
JURÍDICA DO TRIBUNAL DE CONTAS  
DO ESTADO DE ALAGOAS E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL** decreta,

**Art. 1º** A Procuradoria Jurídica do Tribunal de Contas é órgão de assessoramento jurídico nas hipóteses previstas nesta Lei.

**Art. 2º** Compete à Procuradoria Jurídica do Tribunal de Contas:

**I** – Acompanhar, quando determinado pela Presidência, junto à Procuradoria Geral do Estado e às Procuradorias dos municípios, a adoção das providências necessárias ao efetivo cumprimento de decisões do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, que dependam da iniciativa das referidas instituições;

**II** – Acompanhar, nos cartórios competentes do Foro Judicial, as ações de execução de títulos executivos emitidos pelo Tribunal, a cargo da Procuradoria Geral do Estado, Procuradorias dos Municípios ou órgãos equivalentes, propondo à Presidência da Corte as providências cabíveis;

---

**EDIFÍCIO GUILHERME PALMEIRA**

Av. Fernandes Lima, 1047, Farol - Tel. (082) 3315-5554 / 5555  
Maceió-Alagoas - CEP: 57.055-903  
Site: [www.tceal.tc.br](http://www.tceal.tc.br) - E-mail: [presidencia@tceal.tc.br](mailto:presidencia@tceal.tc.br)

**III** - Encaminhar as informações necessárias à atuação da Procuradoria Geral do Estado nos processos judiciais ajuizados contra o Tribunal de Contas e seus integrantes, em razão de atos praticados no exercício de suas respectivas funções.

**IV** - Defender os interesses do Tribunal de Contas em processo administrativo, respeitando-se a competência prevista na Lei Complementar Estadual nº 07, de 18 de julho de 1991;

**V** – Promover auxílio técnico na elaboração de informações a serem prestadas nas ações de Mandados de Segurança e Ação Popular ajuizadas contra deliberações do Pleno ou das Câmaras, ou contra atos praticados pelo Presidente, pelo Vice-Presidente, pelo Corregedor Geral, pelo Diretor da Escola de Contas, pelo Ouvidor, pelos Conselheiros, pelo Diretor-Geral, pelo Presidente da Comissão de Licitação, e pelo Presidente da Comissão de Processo Disciplinar;

**VI** – Examinar, previamente, as minutas dos editais de licitação, contratos, convênios e congêneres, e termos aditivos a serem firmados pelo Tribunal e Escola de Contas, na forma do parágrafo único, do art. 38 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

**VII** – Prestar, quando solicitada, assessoria jurídica aos agentes públicos indicados no inciso V;

**VIII** – Apreciar, quando solicitado, os projetos de interesse da Administração do Tribunal, opinando quanto às condições jurídicas, visando subsidiar as deliberações;

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

**IX** – Prestar assessoramento jurídico ao Presidente, em matéria legislativa, elaborando ou revendo, quando solicitado, minutas de projetos de lei, minutas de resolução ou de outros atos normativos; e

**X** – Proceder à análise meramente formal de Acórdãos proferidos pelo Pleno do Tribunal de Contas, em conformidade com a Resolução Normativa nº 004/2015, modificada pela Resolução Normativa nº 007/2016, bem como de outras que vierem a substituí-las, cabendo-lhe, tão somente, a verificação do atendimento dos requisitos necessários ao protesto do título.

**Art. 3º** Compete ao Procurador-Chefe:

**I** – Dirigir os trabalhos da Procuradoria com autonomia e independência;

**II** - Emitir vistos nos pareceres exarados, quando concordar, na íntegra, com entendimento do emissor, e cotas integrais ou complementares, quando discordar no todo ou em parte, podendo, inclusive, avocar processo para análise e emissão do respectivo parecer;

**III** – Aprovar ou rejeitar parecer ofertado, sendo-lhe vedado, contudo, interferir na convicção jurídica manifestada pelos Procuradores em suas atuações institucionais;

**IV** – Distribuir o pessoal no âmbito da Procuradoria Jurídica;

**V** – Designar, mediante portaria, Procurador de carreira para atuar especificamente junto a quaisquer dos órgãos que desempenham a atividade-fim do Tribunal de Contas; e

---

**EDIFÍCIO GUILHERME PALMEIRA**

Av. Fernandes Lima, 1047, Farol - Tel. (082) 3315-5554 / 5555

Maceió-Alagoas - CEP: 57.055-903

Site: [www.tceal.tc.br](http://www.tceal.tc.br) - E-mail: [presidencia@tceal.tc.br](mailto:presidencia@tceal.tc.br)

**ESTADO DE ALAGOAS  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

**VI** – Baixar normas e definir rotinas de serviço no âmbito de sua competência;

**Art. 4º** Compete ao Procurador-Chefe Adjunto:

**I** – Coordenar e distribuir os processos administrativos ou ações judiciais que lhe forem encaminhadas, em consonância com o Procurador-Chefe;

**II** – Substituir o Procurador-Chefe em suas faltas, licenças e impedimentos legais;

**III** - Analisar previamente os pareceres emitidos pelos Procuradores Jurídicos, submetendo-os ao Procurador-Chefe, com as observações complementares que entender necessárias;

**IV** – Encaminhar relatório bimestral ao Procurador-Chefe; e

**V** – Zelar pela boa qualidade técnica, presteza e eficiência do trabalho produzido pelos Procuradores Jurídicos.

**Art. 5º** Os subsídios dos Procuradores do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas são fixados em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou qualquer outra espécie remuneratória, ressalvadas as verbas de caráter indenizatório.

**Parágrafo Único** Nenhuma redução remuneratória poderá advir em consequência da adoção do regime de subsídio.

**Art. 6º** As vantagens que integram a remuneração dos Procuradores do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas serão convertidas em subsídios.

---

**EDIFÍCIO GUILHERME PALMEIRA**

Av. Fernandes Lima, 1047, Farol - Tel. (082) 3315-5554 / 5555  
Maceió-Alagoas - CEP: 57.055-903  
Site: [www.tceal.tc.br](http://www.tceal.tc.br) - E-mail: [presidencia@tceal.tc.br](mailto:presidencia@tceal.tc.br)



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

**Art. 7º** As classes que compõem a carreira de Procurador do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas manterão os Símbolos SJTC-A, SJTC-B, SJTC-C e SJTC-D. e suas remunerações atuais ficam transformadas em subsídios, de acordo com o que prevê o artigo 39, §§ 4º e 8º, da Constituição Federal.

**Parágrafo Único.** A transformação atual de remuneração em subsídio não acarretará acréscimo de efeitos financeiros.

**Art. 8º** Os efeitos financeiros desta Lei estendem-se aos Procuradores do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas aposentados e pensionistas, observadas as disposições constitucionais aplicáveis à espécie.

**Art. 9º.** As despesas decorrentes da aplicação do disposto nesta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas.

**Art. 10.** A data base para reajuste dos subsídios de que trata esta Lei, corresponderá à estabelecida na Lei Estadual nº 7.204, de 26 de outubro de 2010, ou outra que venha a ser fixada em lei posterior, que se refere ao mês de fevereiro do exercício de cada ano.

**Art. 11.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 12.** Revogam-se as disposições em contrário.

**JUSTIFICATIVA / EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

Senhor Presidente e dignos Pares da Assembleia Legislativa Estadual,

Há muito tempo que a carreira dos Procuradores Jurídicos do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas necessita de uma regulamentação específica, seja para adequá-la ao ordenamento jurídico atual, seja para corrigir algumas distorções que passaram a ocorrer ao longo dos anos, como é o caso da remuneração por eles percebida que ainda é percebida sob a forma de vencimentos, não obedecendo, portanto, a regra do subsídio, previsto no art. 39, § 8º, da Constituição Federal. Além disso, tal providência encontra-se, inclusive, prevista no art. 2º, § 2º, da Lei Estadual nº 7.204, de 26 de outubro de 2010.

Outro ponto de suma relevância diz respeito à regulamentação legal das atribuições da Procuradoria Jurídica do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, a qual passou a não mais atuar em processos de cunho finalístico desta Corte de Contas, desde o advento da Resolução Normativa nº 04/2015.

Por fim, impende registrar que o anteprojeto de lei em testilha também tem o propósito de fixar os subsídios da carreira do Cargo de Procurador.

Atenciosamente,

FERNANDO  
RIBEIRO  
TOLEDO:16  
478924491

Assinado de forma  
digital por  
FERNANDO  
RIBEIRO  
TOLEDO:16478924  
491  
Dados: 2023.08.25  
09:10:20 -03'00'

Conselheiro **FERNANDO RIBEIRO TOLEDO**

Presidente